

Editorial / Editorial

Os direitos iguais, sem distinção de sexo ou gênero (etnia, raça, classe), são elementos fundamentais para legitimidade da nação; não por outra razão, seu reconhecimento está explícito nas constituições. A nacionalidade tem um forte aspecto simbólico-ideológico e, neste sentido, ganha importância a luta social das mulheres como construtoras da nação, reivindicando a participação política e a plena cidadania, entre outras conquistas.

Embora incipiente, observa-se no ambiente acadêmico a relevância de autoras, que refletiram acerca da intrínseca associação entre os movimentos feministas de emancipação e as manifestações nacionalistas (JAYAWARDENA, 1986), bem como a natureza sexualizada das instituições internacionais (ENLOE, 1989). O debate também vem ganhando alento nas instituições públicas, principalmente naqueles Estados nacionais que adotam legislações direcionadas à proteção contra a discriminação e a violência de gênero.

No entanto, a realidade concreta mostra que, socialmente, as mulheres ainda são consideradas inferiores aos homens. As diversas discriminações que sofrem perpassam múltiplos setores: laborais, educacionais, familiares, entre outros. A diferença entre os sexos interage com as estruturas nacionais, destaca Sylvia Walby (2000), professora e pesquisadora conhecida por seus estudos na área de patriarcado, relações de gênero e nacionalismo.

Nesse contexto de extrema vulnerabilidade em sociedades tipicamente patriarcais, persiste a luta contra toda forma de opressão, seja ela física, psíquica ou patrimonial. A imagem construída da mulher, identificando-a como um mero objeto de posse, como uma pessoa menos qualificada ou frágil, intensifica e legitima vários tipos de violação, principalmente, o feminicídio, ou seja, a morte por ser mulher. Não obstante as graves injustiças sociais, as mulheres resistem e não desistem de ampliar, a cada dia, sua presença ativa nos espaços públicos e nos círculos privados.

É com grande satisfação que Tensões Mundiais lança sua primeira edição voltada para a temática Mulheres e Nação, oferecendo uma variedade de olhares sobre o papel da mulher na contemporaneidade. Tendo como norte os vínculos entre movimentos feministas e processos nacionais no conjunto de disputas hegemônicas em âmbito global, as autoras abordam os seguintes eixos: a) representações femininas na guerra; b) mobilizações das mulheres no campo; c) sexualidade feminina; d) mulheres africanas e mulheres negras.

Abrimos o primeiro bloco de artigos com o estudo de Gisele de Oliveira, Cláudia Antunes e Andréa Costa sobre políticas de gênero para a Defesa nacional e internacional com a discussão sobre as mulheres integrantes do quadro de oficiais aviadores da Força Aérea Brasileira. Ana Luiza Drummond, Maria Luiza Batista e Cristiano Mendes abordam um assunto pouco conhecido: as Unidades de Defesa das Mulheres (em curdo: *Yekîneyên Parastina Jin / YPJ*), organização militar formada por combatentes curdas. Examinam como estas são representadas na mídia britânica com destaque para o uso de conceitos equivocados relacionados ao gênero e para um julgamento ideológico ocidentalizado. As mudanças ocorridas na posição da mulher na sociedade estadunidense, considerando o impacto do movimento feminista e da Segunda Guerra Mundial, a partir da perspectiva de segurança e defesa nacional, são analisadas por Camila Perdoni e Tamires Souza que divulga resultados de sua pesquisa. Com enfoque na América Latina, Meire Mathias e Nicolle Montalvão têm como campo empírico a Revolução Sandinista na Nicarágua (1979 – 1990), processo emancipatório do qual as mulheres participaram de forma orgânica. Concluem que o triunfo se deve, em grande parte, ao apoio e à presença ativa das nicaraguenses, inclusive na frente de batalha.

O segundo bloco destaca as mobilizações das mulheres no campo, delineando o tema do ecofeminismo em diferentes perspectivas. Adriella Silva, Rubia Giordani e Islandia Bezerra tratam das concepções de gênero e natureza e interligam o(s) ecofeminismo(s) à agroecologia e à soberania alimentar. A visão ecofeminista no fortalecimento da agricultura familiar e do desenvolvimento

sustentável na América Latina, a partir do estudo de caso da zona Polochic na Guatemala, é o assunto do artigo elaborado por Nikaelly Freitas, Arnelle Peixoto e Arkaitz Martin. Palco de resistências e territorialidades camponesas na luta pela permanência na terra, o cerrado brasileiro se apresenta como cenário do protagonismo das mulheres na proteção dos modos de vida e das relações socioambientais, conforme revela a investigação qualitativa de autoria de Maria Aparecida de Souza e Flávio Barros.

Nos processos étnicos e nacionais, uma das maneiras pela qual as mulheres se envolvem é na sua condição de reprodutoras biológicas (YUVAL-DAVIS; ANTHIAS, 1989). Assim, o terceiro bloco desta edição está direcionado para a figura feminina e a sexualidade. Kelly Menezes, Diana Gêssica Abreu, Luenya Maciel e Rafaela da Costa analisam como os temas de gênero e sexualidade eram representados nas políticas educacionais dos anos 90 no Brasil. Os discursos sobre os direitos sexuais e reprodutivos, a partir do despacho emitido pelo Ministério da Saúde sobre violência obstétrica, são o enfoque do texto de Silvia Elaine da Silva, Helena Gasperin e Felipe Pontes. A discussão vem ganhando alento entre as mulheres que sofrem, e de forma silenciada, maus tratos na assistência obstétrica. No próximo artigo, Maria Luísa Mundim, Milena de Souza e Vítor Gama retratam as transformações em torno do ciclo menstrual e as diferentes percepções entre gerações, reforçando a necessidade de derrubar estigmas, todavia existentes. O caso da esterilização em Porto Rico, grave prática de violação de direitos humanos, é estudado por Marcela de Proença e Lincoln Secco que refletem sobre a lógica imperialista e os discursos eugênicos e neomalthusianos que guiaram esse processo.

Na sequência, publicamos dois trabalhos de colegas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira / UNILAB. As informações obtidas mediante trabalho de campo por Eduardo Machado, Peti Gomes e Regina da Silva possibilitaram verificar o protagonismo de jovens africanas estudantes do ensino superior em um campo universitário no Ceará, principalmente nas mediações coletivas para resolução dos problemas cotidianos. Em sua pesquisa de cunho bibliográfico, Ricardo Ossagô e Medilanda Tubento discutem o matriarcado africano, tendo como

referencial teórico os escritos de autoras que operam com a decolonialidade. Nesse artigo há uma interessante comparação, nem sempre evidente, entre a perspectiva africana e a eurocentrada.

Um aspecto crucial ao falarmos sobre a luta feminista é a interseccionalidade de classe, raça e gênero, vivenciada em um Brasil extremamente desigual. Lindinalva Rodrigues e Vlândia Soares esmiuçam as letras musicais sobre as mulatas, principalmente, aquelas produzidas para as comemorações de carnaval. As autoras avaliam que é nesse momento de exaltação da sensualidade que os estereótipos mais afetam estas mulheres. A violência contra as mulheres negras constitui o tema da reflexão crítica de Mirla Cisne e Nayara Araújo, que com apoio na teoria feminista decolonial, mostram as consequências funestas do pensamento único para a diversidade de vozes e vidas. Também com viés decolonial, o texto de Amanda Torres e José Geraldo Poker tratam da representatividade da mulher na política, apontando a importância da ocupação dessa arena para as decisões sobre as políticas públicas.

Os múltiplos estudos apresentados estão direcionados à compreensão do nacionalismo à luz de um novo corpo de teorias feministas. Esperamos que os artigos que compõem essa edição contribuam para o fortalecimento de debates, acadêmicos e políticos, com a finalidade de respaldar a luta das mulheres contra todos os tipos de violência que, todavia, persistem nas nossas sociedades.

Boa leitura!